

O Hospital Real de Todos-os-Santos

por

D. Manuel Clemente, Bispo do Porto

(segundo notas recolhidas por João Sande Freitas)

É sabido que Monserrate em 1540 era propriedade do Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa. Foi neste ano que um padre de nome Gaspar Preto, depois de regressar duma peregrinação a Roma, solicitou autorização ao Hospital para ali construir uma Capela dedicada à Virgem de Monserrate, porque a paisagem de Sintra lhe lembrava a que envolvia o Mosteiro de Monserrate nos Pirinéus, onde tinha estado no caminho da peregrinação, e lhe tinha deixado gratas recordações.

Embora o Mosteiro de Monserrate fosse na altura um importante centro espiritual, basta lembrar que em 1522 Inácio de Loiola ali tinha ido para deixar o seu equipamento militar em frente à imagem da Virgem antes de partir para Paris onde fundou a Companhia de Jesus, três eram os grandes locais habituais de peregrinação para os cristãos europeus: Compostela onde os peregrinos se dirigiam para o túmulo do Apóstolo São Tiago; Roma onde se encontram os túmulos de São Pedro e São Paulo, sendo neste caso conhecidos por romeiros; e os palmeiros que iam até Jerusalém atraídos pelos locais santos, e que se distinguiam dos cruzados por não terem objectivos de conquista militar. O padre Gaspar Preto era assim um romeiro.

A fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos ocorreu no tempo do reinado de D. João II e foi um dos actos que marcaram o início da idade moderna e, consequentemente, o fim do feudalismo, se é que houve feudalismo em Portugal (*).

A idade moderna tem por fundamento uma ideia de estado em que se recupera uma muito antiga ideia de império, onde existe uma lei unificada e o poder concentrado no rei. É conhecida a forma como D. João II combateu o poder da nobreza para fortalecer o seu próprio poder. A unificação da lei exigia uma grande quantidade de reformas administrativas, então iniciadas, e onde a fundação de grandes hospitais nas maiores cidades do país se insere.

Para fundar o Hospital D. João II solicitou e obteve uma bula de 1479 do Papa Sisto IV, que autorizava a junção dos 43 albergues e hospitais que existiam em Lisboa “cujos proventos não excedessem os 300 florins de ouro”, e que eram fruto de legados pios ou pertencentes a confrarias, sendo portanto da Igreja.

Esta concentração espelha o desejo de organização e controlo próprios da política real do tempo e representa um alargamento da intervenção do estado na sociedade. Neste caso na assistência aos desvalidos. No passado tinha já havido intervenção real na criação de hospitais, prática que remontava pelo menos até à Rainha Santa Isabel, que

fomentou o culto do Espírito Santo através dos Hospitais do Santo Espírito. A diferença neste caso é que não foram concedidos meios há Igreja, para que esta tomasse a tarefa a seu cargo, mas é o estado que intervém directamente.

A escolha do nome Todos-os-Santos foi uma decisão diplomática, pois todas as estruturas extintas tinham nomes de santos. As obras iniciaram-se em 1492. Com a morte de D. João II em 1496 subiu ao trono D. Manuel I, que deu continuidade à obra. O edifício tinha a frontaria virada para o Rossio, com cerca de 100 metros de extensão, encostando à esquerda ao Convento de S. Domingos e à direita tornejando para a Rua da Betesga e Praça da Figueira. No centro da frontaria, virada para o Rossio, ficava a Igreja, de fachada manuelina, e que se alcançava subindo uma escadaria. Em volta do altar-mor, no segundo piso, ficavam as três enfermarias, a de S. Vicente, a de Santa Clara e a de S. Cosme, fazendo em planta os braços da cruz, o que permitia que os doentes seguissem os officios divinos. No piso térreo ficavam os aposentos do pessoal, incluindo os do *provedor* (director), a *albergaria*, destinada a mendigos de ambos os sexos com cerca de 40 camas, a *casa dos expostos* (crianças abandonadas), e as demais dependências administrativas e funcionais, tais como a *casa da fazenda* (secretaria), *botica* (farmácia), refeitório, cozinha, etc. No vasto logradouro existiam *atafonas* (moinhos), *almoinhas* (hortas), pombal, capoeira e arrecadação de lenha. O claustro tinha cemitério particular.

Os doentes encontravam-se separados por sexos e por patologias. As três grandes enfermarias destinavam-se uma a mulheres e duas a homens, sendo uma delas de cirurgia e outra de medicina. No regulamento havia ainda referência a uma outra dependência destinada ao *mal das boubas*, ou *morbo gálico*, designações que englobavam doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a sífilis, e provavelmente doenças do foro dermatológico, e que eram consideradas como vergonhosas.

Estes pormenores do funcionamento do Hospital encontram-se descritos no *regimento* (regulamento) para o seu funcionamento, outorgado por D. Manuel I em 1504, e que era muito mais completo e complexo do que o inicialmente previsto por D. João II. Documentos posteriores a este regulamento referem ainda uma *casa de doudos*.

Os primeiros doentes terão talvez chegado em 1501, altura em que os primeiros pequenos hospitais terão sido desactivados. Foi no entanto em 1504 que entrou em funcionamento regular. É interessante notar, que os doentes com peste no surto que durou entre 1505 e 1509 em Lisboa, não foram aqui tratados mas noutra hospital situado em Alcântara inaugurado em 1506, o que demonstra já haver na altura algum cuidado com as doenças mais contagiosas e mortíferas.

Como se pode constatar da descrição do Hospital, construído à volta e em função da igreja, este não se destinava só à cura física dos doentes mas em primeiro lugar à cura das suas almas. O regimento refere no seu segundo capítulo que as funções da capelania, constituída por dois capelães e “*dous moços*” (ajudantes), são “*menistrar a todos os pobres enfermos sãos, e doentes, (...) todos os sacramentos (...) e todas e*

quaesquer outras couzas necessárias à saúde das almas". A referência aos pobres, que eram os destinatários deste Hospital, surge logo no início do regimento que refere, que o fundador (D. João II), "*movido com boa intenção, por q os Pobres, e pessoas Miseráveis tivessem algum mais certo Recolhimento, e remédio de suas necessidades em esta cidade do q nella para elles então havia*". Os pobres eram então vistos e desde tempos muito antigos como possuidores de direitos sagrados por serem representantes de Cristo na terra, e por isso, merecedores de socorro e auxílio. Assim se compreende a existência da albergaria e da casa dos expostos, que nunca poderiam existir num hospital do nosso tempo.

O regimento de 1504 não regulamentava apenas o funcionamento do Hospital, definindo as actividades a que deveria se dedicar, mas também definia o pessoal que ali deveria trabalhar, e "*os mantimentos que ham deaver*", ou seja o salário que receberiam, que incluía nalguns casos a hospedagem e a alimentação. O quadro de pessoal do Hospital deveria assim ter 52 pessoas, sendo 7 as que tinham cargos de chefia e de administração, 4 para a capelania, o corpo clínico teria 25 pessoas e 16 no que hoje designamos de pessoal auxiliar e operário.

Na administração temos em primeiro lugar o provedor (director), que deveria ser "*pessoa honrada, e de bom saber, e zeloso de todo o bem, e caridozo*", e evidentemente da confiança do rei. Possivelmente um membro da corte. A sua missão consistia em: assegurar a triagem dos doentes, nomeadamente impedindo que fossem admitidos doentes com doenças incuráveis ou com peste; assegurar o acesso a doentes que por dependência, abandono ou pobreza não pudessem deslocar-se até ao Hospital; receber, proteger e mandar educar por amas as crianças abandonadas; garantir e avaliar a qualidade dos cuidados prestados.

Para auxiliar o provedor, nomeadamente na cobrança de receitas e rendas, pagamentos e aprovisionamento existia o almoxarife, "*homem de bem e de fiança, e bemcriado*", e o escrivão que deveria ter escriturar três livros, um de receitas, um de despesas e um com o registo anual de todos os "*meninos engeitados*".

Para a intendência existia um vedor, que tinha ainda a seu cargo a alimentação, um hospitaleiro, que devia supervisionar a enfermagem e os assuntos relacionados com os pedintes.

O corpo clínico era constituído por um *físico*, dois cirurgiões com dois ajudantes, um boticário com três ajudantes, doze enfermeiros sendo três enfermeiros-mor (um para cada enfermaria), um barbeiro-sangrador e uma *cristaleira* (encarregue de administrar clisteres).

As principais obrigações do físico eram as duas visitas diárias aos doentes em companhia do provedor, que avaliava o seu trabalho, do enfermeiro-mor, que devia escrever numa tábua que tinha o nome do doente e o número da cama dos doentes, as prescrições e do boticário que devia preparar os medicamentos. Devia ainda fazer a triagem dos novos doentes.

Os cirurgiões, para além das visitas à enfermaria de cirurgia semelhantes às do físico, tinham de ministrar uma aula diária aos seus ajudantes.

Os enfermeiros tinham a seu cargo a higiene dos doentes e das enfermarias e deviam dar assistência ao barbeiro e à cristaleira, estando previsto que trabalhassem por turnos.

O pessoal auxiliar incluía, por exemplo, a *alfayata* (costureira), o despenseiro, o porteiro, o cozinheiro com um ajudante, a forneira, o porteiro, o *atafoneiro* (a atafona era um moinho movido por um animal), a lavadeira com uma ajudante e ainda 4 trabalhadores indiferenciados.

Para garantir o financiamento, D. João II previu no seu testamento, que o Hospital dispusesse do património dos 43 hospitais extintos, de duas povoações no termo de Santarém, **de uma quinta** e de 170 juntas de ouro anuais provenientes de S. Jorge da Mina, a feitoria fundada em 1482 no Golfo da Guiné. Seria esta quinta Monserrate? É provável, embora não seja de excluir que pertencesse ao património de um dos hospitais extintos.

Por último refere-se que poderiam recorrer ao Hospital todos os que vivessem a menos de 10 léguas de distância (cerca de 45 quilómetros), incluindo os que adoecessem no mar e desembarcassem nesta zona. A população abrangida seria de cerca de 70.000 habitantes. O número de doentes anuais do Hospital no início era de cerca de 2.500, sendo as crianças enjeitadas cerca de 100 por ano, número que aumentou com os descobrimentos.

O Hospital manteve este modelo de gestão até 1530, altura em que foi entregue à Congregação de S. João Evangelista (ou Lóios), que terá sido quem autorizou a construção da Capela em Monserrate. Em 1564 a gestão passou para a Misericórdia de Lisboa.

Em 1601, no reinado de Filipe II, um incêndio destruiu o interior da Igreja, não tendo no entanto sido atingido o escudo com as armas de Portugal, facto aproveitado de imediato por aqueles que defendiam a separação de Portugal da Espanha, como sendo um sinal divino que manifestava o desejo que tal acontecesse.

No século XVIII, um novo incêndio em 1750 e o terramoto de 1755 levam à ruína o edifício. Os sinistrados do terramoto estiveram instalados em tendas no Rossio e depois numas cocheiras, até que em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o Hospital passa para o edifício do Colégio de Santo Antão, antiga universidade jesuíta(**), passando então a ter o nome de Hospital de S. José.

(*) Saber se em Portugal houve um feudalismo de características próprias, ou se as diferenças da realidade portuguesa com as das restantes nações europeias naquele período histórico devem levar a que se abandone este termo para a designar, é assunto

que se pode tornar de discussão infundável entre alguns historiadores. A este propósito D. António Clemente lembrou um episódio passado durante o seu curso de história, ocorrido nos tempos revolucionários pós vinte e cinco de Abril. Numa aula em que esta discussão se debateu com a veemência própria daqueles tempos, e que se arriscava prolongar sem qualquer benefício previsível, o professor pôs fim à discussão utilizando um método em voga na altura – propôs que os alunos votassem se tinha ou não havido feudalismo em Portugal – e assim conseguiu que a aula continuasse.

(* *) D. Manuel Clemente referiu que actualmente decorre investigação histórica sobre o ensino ministrado pelos jesuítas no Colégio de Santo Antão que promete revelações interessantes, pois tudo indica que era muito mais avançado do que aquilo que tem sido repetido. A título de exemplo temos as teorias de Galileu que ali eram ensinadas como válidas.